



## **A VIOLÊNCIA NAS CIDADES MÉDIAS E O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA EM ITUIUTABA – MG<sup>1</sup>**

VIOLENCE IN MEDIUM-SIZED CITIES AND THE FEELING OF INSECURITY IN ITUIUTABA – MG

**Isabohr Mizza Veloso dos Santos<sup>2</sup>**

**Tulio Barbosa<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho, parte da tese de doutorado em construção, tem como centralidade compreender a violência urbana a partir do sentimento de insegurança em moradores e moradas da cidade mineira de Ituiutaba. O entendimento parte de uma análise crítica que busca apresentar a relação das concepções de insegurança e violência pelas especificidades da cidade média.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade Média; Insegurança; Ituiutaba.

### **ABSTRACT**

The present work has as its centrality to understand urban violence from the feeling of insecurity in residents of the town of Ituiutaba - MG. The understanding starts from a critical analysis that seeks to present the relationship between the concepts of insecurity and violence by the specificities of the medium cities.

**KEYWORDS:** Middle City; Insecurity; Ituiutaba.

<sup>1</sup> Artigo resultado das primeiras discussões da tese de doutorado em andamento.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [isabohr.mizza@gmail.com](mailto:isabohr.mizza@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Tutor do grupo PET MEC Geografia – IG-UFU. Líder do Núcleo Teoria Anticolonial. E-mail: [tuliobarbosa@ufu.br](mailto:tuliobarbosa@ufu.br)

## INTRODUÇÃO

As cidades médias no Brasil têm especificidades ligadas a constituição produtiva e as características regionais promovidas pela inserção da mesma nas redes produtivas e nos circuitos de produção; assim, as cidades médias brasileiras contribuem para o avanço da economia nacional. Deste modo, as cidades médias são essencialmente cidades capitalistas, com isso ao buscarmos compreender a dinâmica constitutiva da violência na especificidade dessas cidades, partimos do entendimento estrutural para alcançar os mecanismos de formação e controle do imaginário urbano em consórcio com a realidade vivida pelos sujeitos da cidade média.

Assim, objetivamos compreender por meio dos elementos da Geografia urbana, que a violência atual tem uma condição perceptível nas cidades médias brasileiras. A percepção está ligada a subjetividade e essa mostra-se real quando dialeticamente se constitui elemento que pode ser compreendido a partir da relação cotidiana em diversas escalas. A relação dos elementos urbanos com a violência precisa ser pensada em termos estruturais e também superestruturais, com isso a superestrutura como mecanismo subjetivo empreende uma direção que leva a insegurança e a segurança de uma dada porção do espaço urbano ou mesmo em todo espaço urbano.

Neste sentido, entendemos que a relação entre violência e o urbano deve ser considerada em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e psicológicos. No presente trabalho buscamos elencar esses aspectos na confirmação de um sentido existencial no cotidiano urbano no município de Ituiutaba (MG). Deste modo, torna-se fundamental compreender os aspectos subjetivos e sua correlação permanente entre as causas subjacentes da violência com a complexidade da dinâmica urbana nas especificidades da cidade de Ituiutaba. Assim, procuramos compreender as prevalências da violência no sujeito e como essa condição pode ser pensada pelas questões estruturais do espaço. Ao evidenciarmos os diversos fatores que contribuem diretamente para a promoção e a percepção da violência contribuiremos para a ampliação de espaços urbanos mais seguros quanto aos aspectos materiais e imateriais.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: a primeira parte versa sobre o espectro que circunda as cidades e as contribuições da geografia urbana sobre a violência, retratando sobre os principais conceitos e olhares que abarcam essa

violência no âmbito das cidades médias e suas características mais importantes de acordo com a realidade brasileira.

A segunda parte retrata acerca da urbanização das cidades médias, tendo em vista a aproximação com os conceitos geográficos mais atuais, isso porque, compreende-se que o processo de urbanização brasileiro aponta para um viés exploratório e altamente vantajoso para alguns tipos de incorporadores.

Já o terceiro e último tópico do artigo, abarca sobre o sentimento constante da insegurança em Ituiutaba (MG), bem como traz à tona os depoimentos colhidos de cidadãos/as para respaldar as discussões e as conclusões teóricas alcançadas.

### **UM ESPECTRO CIRCUNDA AS CIDADES: QUESTÕES PARA COMPREENDERMOS A VIOLÊNCIA**

Yves Michaud (1989) retrata sobre a dificuldade da conceituação do termo violência. De fato, existem muitos problemas com relação a definição do termo e do seu significado nas sociedades modernas. Tanto o assassinato, a tortura, a agressão, as muitas guerras, a criminalidade, o terrorismo, o crime organizado, são modalidades que representam algumas manifestações tidas como sendo violentas, no entanto, não explicam suas causas e origens nas cidades.

No que tange a etimologia, segundo Yves Michaud (1989), o termo em francês, significa agir sobre alguém ou agir contra a vontade do indivíduo empregando a força ou por meio de intimidação, ou mesmo, representa o ato através do qual se exerce a violência, também podendo ser uma forma de disposição natural para a expressão brutal dos sentimentos ou de uma ação, ou seja, (co) existem uma multiplicidade de conceitos sobre a palavra e uma real dificuldade de apresentar um único conceito sobre a amplitude da violência.

Yves Michaud (1989) defende que existem duas principais orientações, uma voltada para violência que representa os fatos e as ações, e outra que retrata uma maneira de ser da força, de sentimentos, da violência de uma paixão ou respectiva da natureza, que se opõe a paz, a ordem, a força brutal e que em muito passa da medida. O termo etimológico é oriundo do latim *violentia*, que significa sobre a incidência das forças, do caráter violento, da transgressão. O autor ressalta, que tudo leva a noção da ideia do uso da força, de uma potência naturalizada no ser humano, que seja capaz de

ser exercida contra algo ou alguém, ou seja, torna-se violência quando se passa de determinada medida e se atenta contra uma ordem estabelecida.

Nesse sentido, Yves Michaud (1989) deixa evidente sobre a ideia dessa força contribuir para qualificar o núcleo das diferentes formas de ações e comportamentos, que vão culminar nas violências das agressões e de maus-tratos, aquela que deixa muitas marcas aparentes. Ou seja, de forma mais simplificada, podem haver formas de violências quanto forem as suas espécies de normas sociais operando frente as relações.

Cabe reiterar que a violência nos moldes contemporâneos, está permeada de mudanças de fisionomia e de escalas, isso porque, ela é um produto de sociedades, nas quais também se mudaram a administração de todos os aspectos correlatos a vida social, ao avanço das tecnologias e dos meios de comunicação de massa, sobretudo da mídia televisiva, das redes sociais, da internet. Dessa forma, a grande maioria das sociedades possuem subgrupos com nível de violência não compatíveis, se comparada com a sociedade global. No entanto, algumas incertezas têm vez, no sentido de faltar dados mais precisos e claros para se quantificar algumas violências, ou seja, no que se refere a história da violência, a ausência desses dados mais precisos, dificultam traçar linhas investigativas sobre as sociedades. Acaba sendo necessário contar com a imprecisão de documentos oficiais, porque de fato ocultam o outro lado da história dos que se rebelam contra as normas vigentes à época.

Na atualidade, porém, a violência está mais concentrada na criminalidade urbana que é correlata à brutalidade da vida, ao avanço da pobreza urbana, em função da estigmatização de determinados grupos sociais, assim como pelas epidemias e desastres naturais, ou seja, as pessoas tendem a buscar nas cidades e nas comunidades rurais, a regulação da violência, na medida em que, as violências físicas e o roubo são as modalidades mais recorrentes e usuais manifestadas.

No que se refere a filosofia da violência, não se pode deixar de mencionar, sobre aquela ligada ao messianismo, herdada do pensamento judeu, do ponto de vista religioso, no sentido de que o Deus bíblico reconhece sua potência diante daqueles que não o reconhecem. Outro aspecto filosófico importante ressaltado, é sobre Walter Benjamin, que reconhece o Direito como uma forma de pacificar as relações sociais e o faz sob o prisma de uma primeira violência indispensável, para se estabelecer, como uma forma de controle social vigente em sociedade (MICHAUD, 1989, p.105).

Jayme Paviani (2016) aponta a autora Hannah Arendt (1985) acerca dos estudos voltados a ciência política, mas que também analisa as violências nesse âmbito, presentes nas sociedades globais. Ao contrário das concepções de Arendt (1985) consideramos que a violência, de forma geral possui uma estruturação colonialista, mediante a organização do sistema capitalista, apresentando muitas regularidades e continuidades. É estabelecida socialmente, possui uma ordem estatal, sendo bastante seletiva com relação aos agressores e as vítimas no cotidiano urbano. Para a autora são as manifestações de poder que representam a violência e ainda ressalta:

Não existe um governo exclusivamente baseado nos instrumentos da violência. Mesmo os governos totalitários que usam a tortura precisam de uma base de poder, de polícia secreta e de informantes. Nesse sentido, os violentos precisam da colaboração de outros para alcançar seus objetivos. “Assim, nas questões internas, a violência funciona como o último recurso do poder contra os criminosos ou rebeldes...” (ARENDR, 1985, p. 27).

De outro lado, em termos filosóficos, tanto Eric Weil (1990); Marilena Chauí (1984); Georges Sorel (1908) debatem na área da filosofia e da crítica a razão, os meandros sociais correlatos a manifestação das violências operando no cotidiano, nas relações, nos diferentes espaços e ambientes.

Regis de Moraes (1981) faz uma interpretação pessoal do que seja a violência urbana, sendo movido pelos diferentes acontecimentos e fatos das grandes cidades, o autor expõe que é difícil compreender qual é aquela mais letal, se a violência dos bandidos ou a policial, bem como, na transformação de campos de batalhas que são próximos de habitações populares de moradores/as, que em nada, tem a ver com as temáticas criminais e brutais de toda sorte.

Nesse sentido, Regis de Moraes (1981) expressa que a vida está sendo um jogo mais perigoso nas grandes cidades. O medo é o pão cotidiano da sociedade como um todo, na medida em que, as casas não expõem suas fachadas românticas, pois se cercam de muros altos, para dentro dos quais ainda existem cães de guarda. As pessoas tendem a trafegar em seus automóveis com os vidros fumê fechados, para evitar abordagens perigosas entre os cruzamentos de semáforos das avenidas e ruas, evitando o contato com os segmentos sociais invisíveis e menosprezados nas grandes cidades, ou seja, reduzindo o contato com moradores/as de ruas, drogados/as, craqueiros/as, prostitutas, pedintes, crianças abandonadas, aqueles seres humanos vistos como descartáveis pelo sistema capitalista vigente, porque não estão dentro das engrenagens sociais e econômicas impostas pela vida normativa e tradicional.

No avanço das relações capitalistas todos/as competem e isso é muito normal, até porque existe uma relação entre a violência cotidiana, juntamente ao papel do Estado, no que tange a regulação desta pela não subtração dos males que causam este processo violento, com a origem do capitalismo. Sobre o conceito de violência, o autor vai além:

Onde há medo, há ameaças; e onde estão as ameaças está a violência. E se torna um tanto difícil abordar o tema da violência, pois que a realidade percorre desde as violências vermelhas (sangrentas) até as violências brancas (como o empregado de linha-de-montagem que, nas grandes indústrias, é na verdade o prisioneiro de um campo de concentração habilmente disfarçado) (MORAIS, 1981, p.17-19).

Regis de Moraes (1981) também narra os vários tipos de violências enfrentadas desde a década de 80, aos dias atuais, com o medo que a sociedade enfrenta ao andar nas ruas a noite, da abordagem policial frente aos homens e jovens negros, ao enfrentamento midiático da segurança pelas jornais e mídias que mais estigmatizam determinadas condutas de pessoas tidas como suspeitas, da cooptação de jovens para as redes ilegais de crimes e do tráfico de drogas, da falta de oportunidades que as pessoas tem com relação à segurança alimentar. Todo esse quadro estimula a dificuldade de convivência social nas cidades e fomenta o avanço da psicologia do descrédito, ou seja, um estado em que se desconfiam de todos os outros, em suma:

Na verdade, a violência devia ser um anacronismo entre homens, desde há tanto tempo doutrinados para o respeito pela vida e pelo semelhante. Isto só mostra, contudo, a inutilidade das doutrinações - principalmente quando são de uma tal hipocrisia que foi compreensível o nível atual da agressividade irracional. A violência entendida como tudo que pode agredir a integridade pessoal irá incluir desde o latrocínio até o trabalho de um operário em uma linha de montagem, passando pela especulação imobiliária e outros absurdos permitidos ou não pela lei (MORAIS, 1981, p.25).

Nesse contexto, Régis de Moraes (1981) reflete sobre a violência urbana também possuir um caráter mais político no espaço das cidades, exercido pelos segmentos que detém mais articulação, mais otimismo, poderes, sucesso, situação financeira sobre os outros grupos locais. O desejo e o poder são características dessa forma de violência urbana. Para o autor, a ansiedade e o medo, resultam do sentimento de impotência da fragilidade, faz com que as pessoas passem a agir de forma mais violenta.

Outra forma de violência colocada por Régis de Moraes (1981) retrata sobre o sofrimento imposto à massa de trabalhadores/as, por meio da negligência, ou mesmo pela ausência de generosidade, no que tange ao acesso ao meio de transporte, o que leva os seus usuários a uma agressividade que culmina posteriormente na violência

ritualística, isso faz com que se atinja a máquina social, que normalmente menospreza a condição desses usuários de transporte público. Isso porque, para o autor, uma grande parte dessas manifestações violentas, incorpora algumas respostas, de um sistema social, que não se importa em promover a diminuição da pessoa, em virtude do aumento dos lucros. Todo esse processo fomenta a exploração do trabalho e a minimização da qualidade de vida em algumas cidades.

A Geografia, nesse sentido, possui um papel de destaque na compreensão das questões sociais relacionadas ao espaço urbano, a cidade tornou-se um dos temas mais analisados ao longo do tempo. Por isso, para compreender essa dialética, partimos do pressuposto, de que um espectro circunda as grandes e médias cidades brasileiras no tempo atual, que é relativo as problemáticas das diferentes formas de violência, tanto no aspecto da (in) segurança pública quanto também e principalmente pela sensação da insegurança percebida no imaginário dos cidadãos/as locais, fomentado principalmente por meio da mídia, das redes sociais, dos jornais televisivos que mostram a escalada da criminalidade urbana em diferentes bairros das cidades e sobretudo, pela própria cultura atual que a todo momento faz apologia a atos, atitudes, ações, opiniões violentas entre as pessoas, em função de vivenciarmos numa sociedade latino-americana extremamente desigual, imersa no consumismo e que diferencia as pessoas por meio do status de classe, renda, estilo, posição profissional, pelo acesso e acumulação de propriedades privadas ao longo da vida.

Desse modo, num sentido mais geográfico, foi mediante a reestruturação da produção brasileira, ocorrendo desde a década de 1970, juntamente as transformações mundiais mediadas pelo capitalismo pós-fordista, o processo de desconcentração das atividades econômicas, anteriormente concentradas nas capitais e em suas regiões metropolitanas. Assim, por meio do desenvolvimento das políticas governamentais, sobretudo, no âmbito das cidades médias, visando reduzir os problemas nas metrópoles e desenvolver economicamente outras áreas e regiões do país, investiu-se no setor energético. Foi devido as mudanças no padrão locacional da produção no Brasil, destacaram-se no contexto da rede urbana brasileira, as cidades médias (AMORIM FILHO E SERRA, 2000; ANDRADE E SERRA, 2000; SOJA, 1993; HARVEY, 2009).

Para Bastos; Melara; Silva (2019) as cidades interioranas, então, tiveram contato com o modelo de refuncionalização econômica, baseadas na instalação de complexos agroindustriais, que vieram a transformar o espaço rural e o urbano,

associadas com outras atividades relativas ao comércio de produtos, aos insumos agrícolas e de alimentos; a instalação de pólos universitários, aos equipamentos financeiros e jurídicos; a necessidade de mão de obra especializada. Tais dinâmicas também transformam o espaço urbano e de áreas próximas, promovendo, uma reestruturação produtiva na escala intraurbana (ELIAS, 2012).

Bastos; Melara; Silva (2019) analisam as cidades médias em função do contexto da ReCiMe<sup>4</sup>, principalmente no que tange aos índices de homicídios, da elevação da insegurança urbana e dos processos de segregação e fragmentação socioespacial, dentre elas estão as cidades médias de: Passo Fundo (RS); Mossoró (RN); Uberlândia (MG); Londrina (PR); Campina Grande (PB); Marília (SP); Dourados (MS); Chapecó (SC); Marabá (PA) e Resende (RJ), Angra dos Reis (RJ), Campos de Goytacazes (RJ) e Macaé (RJ). Evidentemente nem todas estas características pesquisadas pelos autores, pode ser apontada na cidade de Ituiutaba (MG), no entanto, ao longo desse artigo, nos próximos tópicos, tentaremos evidenciar que a lógica da sensação da insegurança é bastante parecida com as outras cidades estudadas pelos autores.

Nesse contexto, nas cidades médias analisadas, têm passado por processos, que vão desde o crescimento econômico, à expansão do setor terciário, ao crescimento populacional, aos processos de multi e poli centralidade, da segregação e fragmentação urbana, da terceirização de postos de trabalho, da desigualdade socioespacial, da sensação de insegurança urbana, ocorrendo gradualmente o acúmulo crescente dos índices de violências (BASTOS; MELARA; SILVA, 2019, p. 785-786).

Outras formas urbanas têm sido geradas pela dinâmica das universidades, dos shopping centers, dos centros comerciais e empresariais de hotéis, de supermercados, culminando em muitas mudanças na logística da cidade, seja no transporte, no setor imobiliário, na medida em que, simultaneamente tem ocorrido a ampliação de periferias vulneráveis pelo espaço urbano de algumas cidades médias. Em geral, no que tange as características de parte dessas cidades, perpassam pela difusão do agronegócio; pela descentralização espacial da produção industrial; pela difusão do comércio e dos serviços especializados; e pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais, sobretudo, em virtude da influência direta do agronegócio (BASTOS; MELARA; SILVA, 2019, p. 785-786).

---

<sup>4</sup> Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

Não podemos deixar de evidenciar, que a organização interna dessas cidades médias, tem promovido diferentes processos e formas urbanas conforme ressaltam Melara e Silva (2018):

É importante destacar que, a noção de cidade média já evidencia uma posição de intermediação na rede urbana, sendo uma área não metropolitana, com funções e papéis importantes de modo a abranger uma região de influência com alcance espacial que engloba as áreas rurais e as cidades pequenas, em vínculo estreito e indissociável com as metrópoles. Fatores relacionados a reestruturação econômica nacional e mundial foram importantes para que essas cidades desempenhassem funções de destaque na rede urbana brasileira atualmente, ao mesmo tempo que tornaram mais complexos seus espaços intraurbanos. Algumas cidades tiveram a indústria pós-fordista como vanguarda no desenvolvimento econômico, outras as atividades do agronegócio foram determinantes, por exemplo. Nesse aspecto, queremos enfatizar o fato de que muitos agentes de cunho econômico/imobiliário, por exemplo, perceberam que nessas cidades médias haveria uma grande oportunidade de investimento, devido aos baixos custos para implantação de seus empreendimentos, distâncias intraurbanas relativamente curtas se comparado com as metrópoles e mercado consumidor em crescimento. (MELARA; SILVA, 2018, p. 2-3)

Contudo, de forma mais sucinta, para Bastos; Melara e Silva (2019) são os fatores econômicos que de fato tem impulsionado o aumento da população em cidades médias, o que pode contribuir para se acentuar as desigualdades sociais, mediante os processos de segregação e fragmentação urbana. Tendo como consequência indireta, a produção de espaços segregados e fragmentados que podem impulsionar os índices das violências variadas.

### **A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS: UMA APROXIMAÇÃO COM OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS ATUAIS**

Para David Harvey (2012) a urbanização desempenhou um papel ativo, como os gastos militares, na absorção do excedente que os capitalistas produzem na busca incessante pelo lucro. Desse modo, para tratar das crises do capital e do desemprego alto, elucida sobre as revoluções urbanas e suas características em seus momentos históricos específicos, como foi o caso de Paris em 1848, durante o Império, das crises da guerra nos EUA na década de 40, da suburbanização nesse período correlato e posteriormente da onda de protestos em 1968 por outros países. Foi nesse período que

as análises de Henri Lefebvre (1968) foram importantes para se analisar a questão do capital e da urbanização das cidades.

Dessa forma, David Harvey (2012) reintera que a urbanização global dependeu da construção dos arranjos financeiros para organizar o crédito. Tais inovações financeiras estabelecidas nos anos 80, relativas a securitização e a titularização de hipotecas locais para venda a investidores internacionais, teve o seu estabelecimento com novos mecanismos de seguro de dívidas e obrigações. Seus vários benefícios incluíram dispersar os riscos e permitir à poupança acesso à demanda habitacional, gerando fortunas para os intermediários financeiros.

Isso leva a pensar criticamente sobre a avaliação de riscos e a onda de financeirização, culminando na crise de hipotecas sub-prime e dos ativos habitacionais vistos na gestão americana, que tem impactado nas questões urbanísticas, sobretudo, com relação ao sistema financeiro global e os perigos de uma recessão econômica em função do avanço da vida e das obras urbanas, também muito permeadas e impulsionadas pelo consumismo desenfreado e eletrônico. Tanto o consumismo e o urbanismo estão atrelados, pois, a ética neoliberal e individualizada propaga algumas renúncias políticas e muitas formas de ações coletivas, fazendo com que se tenha grandes entraves para se construir o direito à cidade (HARVEY, 2012).

O estilo de vida urbano se modificou ao longo do tempo, por isso o consumismo, o turismo, a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais pilares da economia política urbana na atualidade. No entanto, observa-se a multiplicidade das formas espaciais nas cidades, que consistem em fragmentos fortificados, com comunidades fechadas e com espaços públicos privatizados mantidos mediante intensa vigilância, ou seja, algumas cidades globais são divididas em partes separadas (HARVEY, 2012).

Essa lógica da identidade urbana, perpassa pelo desenvolvimento da urbanização, mediante a absorção de capitais, em escala geográfica crescente. No entanto, o preço desse processo de destruição tem desapropriado alguns segmentos sociais, excluindo qualquer oportunidade de construir o direito à cidade, o que pode culminar em revoltas e movimentações sociais mais intensificadas. Assim, coube ao processo urbano gradualmente estabelecer um viés democrático sobre sua organização, para constituir de fato o direito à cidade (HARVEY, 2012).

David Harvey (2012) defende que é através do direito à cidade como ideal político, se forma um forte catalisador para fomentar a construção de um movimento social global, cujo objetivo seja o de fortalecer o acesso aos segmentos sociais vulneráveis, para instituir novos modos de urbanização mais igualitários e acessíveis. Nos parece que todas essas nuances relativas a própria noção dos micro e macro conflitos e dos processos de célere urbanização, se constituem numa definição mais clara da incidência e das formas de violência percebidas nas cidades.

Normalmente, nas grandes e médias cidades, se tem algum grau de especulação, existe uma criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e a habitação torna-se visível. Isso porque o déficit de residências, leva a especulação e a periferação do segmento mais vulnerável, contribuindo para a especulação e pela valorização das frações do território urbano (SANTOS, 1993).

O processo de urbanização corporativa, coloca a vida como processo contraditório, ofertando aos segmentos sociais diversos, as maneiras de produção, os modos de vida, os comportamentos. Os detalhes corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as relações externas e internas da cidade, tendo em vista que a lógica dominante, é a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa em detrimento de um estado social mais amplo. Desse modo, é o poder público que cria a escassez, estimula a especulação e difunde a produção dos espaços vazios dentro das cidades, ou seja, tornando-se ineficiente para dar solução ao problema da habitação, na qual se realoca a maioria da população para as periferias; forçando a pagar mais pelos transportes coletivos e a comprar bens ou serviços que o poder público não pode dar conta de suprir e ofertar com qualidade (SANTOS, 1993).

Para Milton Santos (1993) é imprescindível observar que os conjuntos residenciais financiados com dinheiro público, mas construído por empresas privadas, para as classes médias baixas tenderam a se fixar nas periferias urbanas, em virtude dos preços mais baratos dos terrenos, tendo em vista que esses serviços públicos como de luz, água, esgotos, pavimentação e transportes, foram financiados com os mesmos recursos. Foi o Banco Nacional de Habitação que contribuiu para ter uma tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a corrida da especulação imobiliária. Isso porque se produzem os vazios urbanos, o que ocasionou ao longo do tempo, que a população mais vulnerável, sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais assistidas de serviços, necessitou de morar mais longe, amplificando o processo de periferação.

Renata Sampaio (2011) em muito auxilia a pensar sobre a violência do processo de urbanização capitalista como uma forma de reprodução das relações de troca e comerciais. A grosso modo, a violência é um dos conteúdos identitários inerente ao processo de urbanização percebido nos dias atuais na maioria das cidades em expansão, isso se dá em função do urbanismo estatista (do planejamento urbano).

A partir dos pensamentos de Flávio Villaça (2004) sobre as expectativas do planejamento urbano, Renata Sampaio (2011) ressalta que há uma forma de negação dialética, tendo em vista que “sejam ações políticas pontuais de melhoria de infraestrutura urbana, como iluminação, asfaltamento, saneamento básico, habitação, incidindo sobre o processo de urbanização, têm ressonância na vida imediata das pessoas” (SAMPAIO, 2011, p.63). Isso porque conforme Adorno (1995) o planejamento foi percebido como as medidas de ação sobre o espaço urbano, idealizado por uma perspectiva burguesa que gerou algumas ideologias.

Não se pode deixar de destacar aqui, que o uso das expressões planejamento urbano e urbanismo, contemplaria algumas modificações de nomenclatura apenas, e que seriam correlatas a atuação do Estado sobre o espaço urbano. Tiveram uma tendência no Brasil, como estratégia utilizada da classe mais elitizada, para difundir a ideologia dominante visando principalmente a manutenção no poder e garantir diferentes formas de dominação em sociedade (VILLAÇA, 2004, p.182).

Nesse contexto, Renata Sampaio (2011) recorre aos pensamentos sobre os processos de urbanização a partir da visão de Henri Lefebvre (1999) acerca dos meandros da Revolução Urbana defendidos por ele. Nesse caminho, Lefebvre (1999) defendeu que os fundamentos da reprodução social e do capital, insidia mediante o avanço do processo de industrialização para o processo de urbanização, culminando na industrialização e na formação econômica e social capitalista, ou seja, ligada a gestão urbana e traçando duras críticas ao desenvolvimento do urbanismo.

Assim, Renata Sampaio (2011) defende e concordamos que o processo de urbanização se efetiva numa forma mais violenta e para isso utiliza as reflexões teóricas de Lefebvre (1999) no que tange as três críticas ao urbanismo, centrando suas análises nas hipóteses em que o autor percebe, num primeiro momento, no urbanismo dos homens de boa vontade ou dos humanistas (aquele ligado a filosofia da boa ação dos especialistas em resolver os problemas urbanos), em segundo lugar, voltado ao urbanismo dos promotores imobiliários (aquele que vende o mercado imobiliário), e

em terceiro ao urbanismo do Estado (aquele ligado aos administradores do setor público estatal ou aos tecnocratas, da representação política).

Em linhas gerais, Renata Sampaio (2011) reintera essencialmente que existe uma relação com o Estado e com o meio político, que articulam a violência do processo de urbanização. A via por meio da qual o processo de urbanização se institucionaliza politicamente, se dá através das mediações relativas ao exercício do poder do Estado, através da coerção, da dominação, da repressão, da ordenação.

O que caracteriza o conteúdo da violência inerente ao processo de urbanização, englobando de algum modo, o planejamento urbano, conforme defende Raquel Rolnik (1994); Ermínia Maricato (2002) e Flávio Villaça (2004). Portanto, a gestão urbana precisa ser marcada por um processo estatal de tomadas de decisões racionais (ROLNIK, 1994).

Renata Sampaio (2011) reintera que a luta pela reforma urbana, se deu através da inclusão do capítulo da política urbana com os artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 (a Carta Magna) com o aparecimento do Estatuto da Cidade, que representariam neste momento, o protagonismo do Estado sobre os assuntos que envolviam o planejamento das cidades no Brasil. A autora, que se baseia em Flávio Villaça (2004), também deixa evidente que existe uma relação intrínseca entre o urbanismo e o Estado, que poderiam ser inerentes ao processo de produção capitalista do espaço urbano, ainda que exista um interesse excessivo das classes dominantes em prol de ter acesso as melhores localizações de uma cidade.

Não devemos deixar de mencionar que o planejamento urbano, pensado por Flávio Villaça (2004) e por Renata Sampaio (2011), faz uma reflexão explícita sobre a ideologia de classe, que parece sustentar o progresso numa visão falsa e excludente, tendo em vista que, os discursos do planejamento, são elaborados visando manter a tecnocracia do Estado, tendo como estratégia maior ocultar uma dominação de classe por meio do planejamento urbano, ou seja, através do Estado, personificada por exemplo, na existência e aprovação dos Planos Diretores, enquanto uma solução mágica e/ou ilusória dos problemas urbanos, ou seja, é um dos únicos instrumentos da classe dominante para dissolver os problemas sociais das cidades.

Assim, no que tange ao planejamento urbano e a ideologia, segundo Flávio Villaça (2004) e Ermínia Maricato (2002) tornou-se possível estabelecer uma relação, na medida em que, o Estado é instrumentalizado politicamente pela classe dominante em favor de seus interesses em detrimento das outras classes mais populares. Mais

adiante, Renata Sampaio (2011) baseada em Ermínia Maricato (2002) defende que o conjunto de todos esses fatores sociais e políticos no Brasil, culminou essencialmente na produção da desigualdade espacial, respectivo a existência da cidade legal e ilegal, bem como aos interesses da manutenção de uma dominação ideológica de classe, utilizada através do Estado, mediante a estruturação das questões envoltas do planejamento urbano.

Ermínia Maricato (2002) se utiliza da ação de resistência à exclusão como forma de plano de ação para resolver os problemas urbanos ao invés da utilização única dos Planos Diretores. Dessa forma, compreendemos que o processo de urbanização capitalista pode ser fundamentado pela violência, que não se constitui no âmbito da violência física ou somente das problemáticas inerentes à segurança pública, no entanto, diga-se de passagem, é preciso considerar que a violência também se efetiva como poder do Estado, através de suas muitas instituições.

Em suma, em função do entrelaçamento do urbanismo com o Estado, bem como das características e dos problemas estruturais estatais que impedem de prever a aproximação com o poder e a violência, estruturados a partir de um contexto sociopolítico, e desse modo, se evitando o pressuposto implícito da neutralidade estatal pensado por Claus Offe (1984) baseados nas ideias elitistas de planejamento urbano (SAMPAIO, 2011, p.84-85).

Há relações entre o urbanismo e o Estado e entre a violência e o processo de urbanização que são baseadas nas questões de classes específicas de uma sociedade capitalista como analisam Claus Offe (1984) e Henri Lefebvre (1968). Em termos gerais, tal reconhecimento teria por consequência, o fato de que o processo de urbanização capitalista é violento apenas sob certas circunstâncias políticas, não englobado em outras.

O planejamento urbano, como representante do Estado capitalista, tem uma função importante, nas relações de produção por meio do espaço urbano. Para Henri Lefebvre (1999), o urbanismo, mascara falsamente várias estratégias, encobrindo a intervenção de muitos poderes. Finalmente podemos deixar claro, que essa modalidade de urbanismo, permite que o poder do Estado continue a se perpetuar ao longo dos anos, gerando muitos lucros e excluindo os mais vulneráveis desse processo de urbanização, culminando na produção de um espaço cada vez mais repressivo (LEFEBVRE, 1999, p. 145).

Tanto Milton Santos (1993) e Renata Sampaio (2011) compreendem que as cidades, vêm assumindo a faceta de um urbanismo representado pelas relações estatais e políticas, englobadas a uma preocupação da venda e da troca inerentes ao chamado urbanismo de marketing, voltados aos lucros abusivos e incessantes de empresas e incorporadoras imobiliárias.

Tais interesses imobiliários são esvaziados de uma preocupação em promover algumas formas de se habitar o espaço nas cidades, não promovendo o direito à cidade para alguns segmentos sociais mais vulneráveis economicamente, que representam os/as trabalhadores/as inseridos nas sociedades globais, marcadas atualmente pelo consumo, pelas desigualdades socioespaciais e pela não inclusão ao avanço das tecnologias da informação.

Estes fatores mencionados tendem a compor os processos de violência urbana perceptíveis na atualidade e são inerentes ao avanço da urbanização das cidades médias. Por isso, para compreendermos os estudos geográficos sobre a violência e o sentimento de insegurança, torna-se fundamental perceber as escalas de atuação, que vão desde a realidade mundial, operando nas escalas nacional e local, em função das interferências da globalização econômica e cultural, que vão influenciar diretamente os costumes e as relações econômicas das grandes, médias e pequenas cidades na atualidade.

## **A CIDADE CONTRA A CIDADE: O SENTIMENTO CONSTANTE DA INSEGURANÇA EM ITUIUTABA (MG)**

O município de Ituiutaba com seus mais de 116 anos historicamente teve diversos nomes, desde Campanhas do Tijuco, até mesmo Capela do São José do Rio Tijuco (1833), Distrito de São José do Tijuco (1839), Vila Platina (1901) e Ituiutaba (1915), termo tupi que significa "aldeia do lamaçal do rio", ou ainda "povoação do rio Tijuco". Tijuco significava a palavra "lama". Os seus principais fundadores foram os viajantes Joaquim Morais e José da Silva Ramos. Os habitantes da região eram os ameríndios caiapós, chamados de tabajaras ou "bilreiros", pertencentes ao grupo jê, popularmente chamados de "bugres".

O município de Ituiutaba (Minas Gerais) localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na microrregião de Ituiutaba. Foi a partir de 2017, que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) propôs uma nova

metodologia para a divisão regional do Brasil, substituindo aqueles últimos termos por regiões geográficas imediatas e intermediárias. Assim, atualmente, o município de Ituiutaba está situado na região geográfica imediata de Uberlândia e na região geográfica intermediária de Ituiutaba e está localizada aproximadamente a 670 km de distância da capital mineira Belo Horizonte.

Os dados do IBGE em 2018, nos apontam que Ituiutaba detém uma população estimada em 104.067 mil habitantes. Considerando-se as informações censitárias de 2010, ou seja, 95% trata-se de população inserida no meio urbano. Segundo informações do site da Fundação João Pinheiro (2010) a situação de pobreza decorre não só do seu nível de renda per capita, mas do grau de desigualdade de renda entre seus habitantes. Uma forma de medir essa desigualdade é verificar a parcela da renda total do município que é auferida por diferentes parcelas de sua população. Assim, só em 2010, os 10% mais ricos detinham 42,13% da renda total, ao passo que os 60% mais pobres ficavam com apenas 25,84% dela.

As informações do site da Fundação João Pinheiro (2010) caracterizam que se for considerar um indivíduo cuja renda domiciliar per capita mensal é inferior a R\$ 220,70 (a preços de dezembro de 2017), a proporção de pobres na população de Ituiutaba passou de 14,62% em 2000 para 4,16% em 2010. Já no contexto total dos habitantes, mediante dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018), a população de eleitores está pode ser medida razoavelmente na faixa de 77.088 mil. No que tange à população economicamente ativa é de aproximadamente 49.862 mil habitantes. A cidade foi considerada, nas décadas de 1950 e 1960, como a “capital do arroz”, com destaque para a agricultura, tem-se que, atualmente, existe uma predominância do setor terciário da economia. Entretanto, nas últimas décadas, Ituiutaba foi contemplada com novos e empreendimentos econômicos, dentre os quais se destacam a instalação de empresas do setor agroindustrial, algumas instituições de ensino e um aumento em sua população, contribuindo para o surgimento de outras áreas urbanas (NEPOMUCENO, 2019).

Foi a partir de meados da década de 1970, que a população passou a se concentrar mais nas cidades do que no campo. Ituiutaba (MG) é um município que obteve taxas de crescimento positivas no período de 1950 a 2010, mesmo mediante as fragmentações territoriais e com a diminuição da população do campo diante da modernização agrícola. Entre os anos de 1940 e 1950 houve um crescimento da população rural, impulsionado pelas lavouras de arroz, de migrantes (sobretudo de

nordestinos) que estabeleceu moradia definitiva em Ituiutaba (MG), resultando em transformações no espaço e nas dinâmicas da cidade (OLIVEIRA, 2013).

Atualmente, Ituiutaba está centrada nas atividades do agronegócio (da agricultura da soja e milho e pecuária de corte e leite) e na prestação de serviços (comércio variado, escritórios de advocacia, consultoria de informática). Já no setor secundário destacam-se as empresas Nestlé, Syngenta Seeds, BP Biocombustíveis, Frigorífico JBS, Canto de Minas, Laticínios Baduy. Ituiutaba é uma cidade de médio porte, tem em torno de 120 anos. Atualmente segundo o IBGE na estimativa de 2020, possui cerca de 100.000 mil moradores e alguns bairros carecem de regularização.

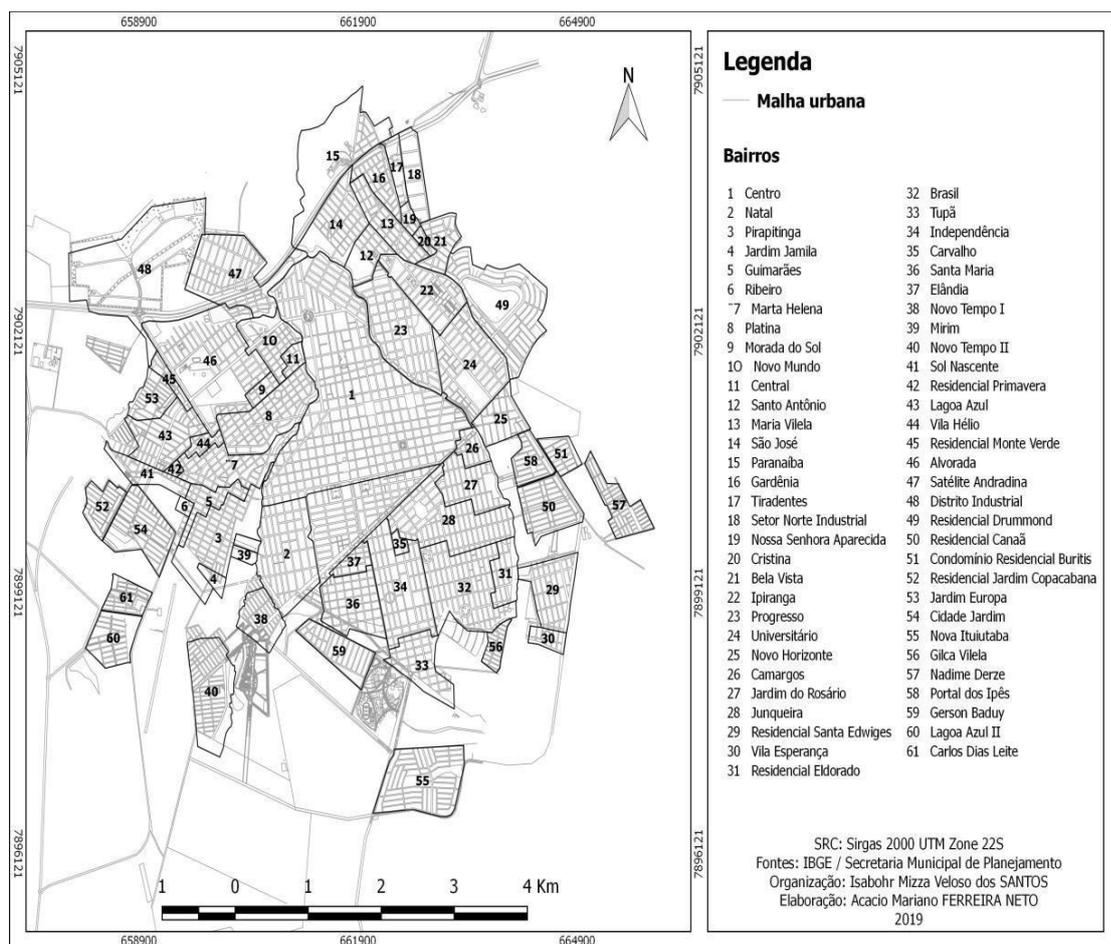
Encontra-se na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MRG) na parte noroeste no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais e cuja formação de cidades se dá pela divisa com 6 municípios mineiros: Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacaçu Ituiutaba e Santa Vitória.

Atualmente Ituiutaba possui em média 61 bairros, sendo os mais recentes oriundos da construção de conjuntos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida/ Casa Verde e Amarela do governo federal. Nos últimos anos cerca de 5 mil unidades habitacionais, foram viabilizadas por intermédio de conjuntos habitacionais, sendo instaladas nas áreas mais afastadas da cidade, sem a infraestrutura adequada, distantes da área central onde as atividades comerciais e de serviços estão mais presentes, mas persistem ainda os problemas de regularização fundiária (NEPOMUCENO, 2019, p. 108-110).

Nesse contexto, em Ituiutaba não existem favelas, nem áreas de encostas com risco de deslizamento, nem loteamentos totalmente irregulares ou clandestinos, mas persistem ainda os problemas de regularização fundiária (NEPOMUCENO, 2019, p. 108-110).

O mapa 1 retrata o mosaico dos bairros da cidade:

Mapa 1: Ituiutaba. Bairros da malha urbana. 2019



Org.: SANTOS, I.M.V; FERREIRA NETO, A. M (2019).

No entanto, percebe-se que os novos conjuntos habitacionais surgiram em áreas que já apresentavam problemas ligados à habitação, como os referentes às condições de moradia e de infraestrutura. A grande concentração de logradouros sem pavimentação adequada representa um dos problemas recorrentes em Ituiutaba, na medida em que era uma prática utilizada pelo poder legislativo local, para aprovar loteamentos ou conjuntos habitacionais sem a infraestrutura básica (OLIVEIRA, 2020).

Dessa maneira, de forma mais resumida, a reestruturação urbana não resultou apenas em transformações nas dinâmicas imobiliárias da cidade, mas se expandiu para o desenvolvimento do setor terciário da economia, consolidando Ituiutaba (MG) como o principal centro urbano da parte oeste do Triângulo Mineiro, no atendimento do consumo produtivo ligado à agropecuária e ao acesso ao consumo por parte de diferentes segmentos sociais e então:

Pode-se afirmar que a modernização agrícola nesta área, desde a década de 1970, a implantação das agroindústrias canavieiras para produção de açúcar e etanol, a migração de mão de obra para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, o crescimento das atividades comerciais e as transformações imobiliárias recentes, incentivadas principalmente pela instalação das instituições públicas de ensino, foram responsáveis por dinamizar a economia urbana e modificar as cidades. Isso acontece por Ituiutaba (MG) consolidar-se como polo regional com interações espaciais em diferentes níveis escalares, entre as quais, as nacionais e internacionais estão vinculadas à existência de agroindústrias dos setores de beneficiamento de grãos, laticínio, frigorífico e sucroalcooleiro, com sua produção voltada, principalmente, para as demandas do mercado externo (exportação), no entanto, sem deixar de atender o mercado interno brasileiro. Já na escala regional, os serviços de saúde e educação superior são os responsáveis pela intensificação das interações, acompanhados da comercialização de alguns produtos produzidos nas unidades industriais menores da cidade, como: beneficiadoras de café (torração e moagem), frigoríficos, laticínios e olarias. Da mesma forma, o setor terciário de Ituiutaba (MG) se estabelece como centralizador das relações regionais, atendendo tanto as necessidades de sua população, quanto das cidades vizinhas, o que resulta no aumentado do dinamismo deste setor (OLIVEIRA, 2020, p.110).

Apesar de todo esse protagonismo inerente aos serviços prestados, à medida que a cidade tem a criação de novos bairros, alguns espaços também tiveram a tendência de se afastar da área central, o que contribuiu com uma certa tendência da incorporação de glebas rurais ao tecido urbano, por meio de iniciativas de espaços residenciais mais abertos através de diferentes padrões socioeconômicos, agravando as desigualdades socioespaciais com relação aos modelos de moradia que enfatizam a lógica da insegurança urbana, mediante a adoção de muros altos, portões fechados, o uso de concertinas e câmeras de vigilância e o não contato com o espaço público de ruas e avenidas nos bairros da cidade (SANTOS, 2020).

A lógica da insegurança, através das barreiras físicas de proteção, contribui para o medo de roubos, assaltos e furtos às residências e uma certa tendência da fragmentação (em curso) como uma exclusão necessária ao processo de reprodução da sociedade local, separando e evitando o contato com os segmentos sociais mais vulneráveis. Desse modo, tal fenômeno é também perceptível em cidades médias e não somente em metrópoles (SANTOS, 2020).

Essa forma de enclausuramento de residências denota uma certa preocupação com a preservação da propriedade privada e o evitamento de atos tidos como violentos, por isso o investimento financeiro em aparatos e barreiras físicas que proporcionam tal sensação de segurança (SANTOS, 2020).

Marcelo Souza (2008) ressalta que as cidades atuais perpassam pelas crescentes questões correlatas ao medo e ao crescimento da produção de riscos:

O medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa, etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil (...) e se faz presente, hoje, em qualquer cidade (SOUZA, 2008, p. 9).

Por outro lado, observa-se que o Estado tende a tomar “medidas cada vez mais autoritárias, por meio de leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais para a classe média”, também daquelas estratificações de maior poder aquisitivo que adentram numa busca desenfreada por segurança de seus bens móveis e imóveis, porque representam as classes que possuem condições financeiras de adquirir e financiar a chamada indústria de segurança, mediante a instalação de câmeras, cercas elétricas, concertinas clípidas, alarmes e grades, ou mesmo remunerando o segurança/vigilante de rua, dentre outros serviços (TEIXEIRA e PORTO, 1998, p. 56)

No entanto, são as classes menos favorecidas que acabam sujeitas a violência e ao sentimento de insegurança, como observadas em Ituiutaba (MG) a partir dos seguintes depoimentos colhidos<sup>5</sup> entre os anos de 2018 a 2020 e que ajudam a compreender sobre esse sentimento/sensação de insegurança constante percebida pelos cidadãos/as locais:

*Bom, eu acredito que tenha aumentado por um fator econômico, antigamente havia muito assalto localizado no meu bairro, onde pessoas de outros bairros, como o bairro Pedreira, por exemplo, que é vizinho ao Alvorada, que era um bairro vizinho do Satélite Andradina iam e saiam do meu bairro para assaltar terrenos, assaltar casas, pessoas, depois retornavam para os seus bairros de origem, é, hoje nem tanto no meu bairro, mas essa concentração de crimes está localizado mais nesses bairros recentes da cidade como o Canã, esses novos residenciais que foram criados pela prefeitura e essa é a percepção que eu tenho, as pessoas tem tido uma dificuldade maior para encontrar emprego, em decorrência disso, elas tem optado pelo lado mais extremo de viver e optar por essa criminalidade para poder conquistar algo. Pedro Fontoura (21 anos, DJ e universitário).*

---

<sup>5</sup> Estes depoimentos colhidos fazem parte da pesquisa de mestrado acadêmico em Geografia da autora principal, realizados no âmbito do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO/UFU). Foram realizados por meio de gravação de voz, através do uso de nomes fictícios para preservar a identidade dos/as entrevistados/as. São utilizados neste artigo para demonstrar o sentimento de insegurança dos cidadãos/as de Ituiutaba (MG).

*Nesse que eu moro por ter pouco tempo que eu moro aqui, eu ainda não percebi, não como morador, não percebi, mas como eu frequento a universidade, então tem relatos, que dependendo do horário, e geralmente se for mulher ou até mesmo homens, tem incidências de roubo e de criminalidade, nos outros bairros aonde eu morei, um por ser um condomínio semifechado, era mais tranquilo.*

*João Ribeiro (35 anos, servidor público).*

Os depoimentos de Pedro Fontoura e de João Ribeiro identificam essa noção do sentimento de insegurança em Ituiutaba (MG) por retratarem suas experiências vivenciadas nos seus bairros de moradia. Dessa forma, a lógica da sensação de proteção e segurança também se figuram no depoimento de João Ribeiro quando aponta um condomínio semifechado (o Portal dos Ipês) como sendo mais tranquilo do que os bairros abertos da cidade. Nesse sentido, o sentimento de insegurança também se dá nos depoimentos de Edson Pontes, de Venina Ramalho, de Núbia Bueno:

*O Novo Tempo II eu morei lá muito tempo e era considerado um bairro muito violento. Outro bairro que a vida inteira eu ouvir falar que era violento e que até hoje acho que realmente deve ser, é o bairro Natal. Você já deve ter ouvido falar que lá já deu muita briga, muita confusão, morre gente e é um bairro que em minha vida inteira, eu vejo falar isso. Agora bairro tranquilo .... Agora eu acho que o bairro Natal assim dá muita confusão e brigas porque é um bairro muito cheio de gente, mas cheio de gente e... mas de gente simples, que precisa de ajuda e não tem e a hora que você vai olhando as pessoas e você vai vendo o estudo... e o estudo é muito bom e ler te ajuda a se tornar melhor e tem gente que não faz esse tipo de coisa. Agora bairro seguro...seguro mesmo... olha não sei nem se o Centro é seguro mesmo porque teve um tempo que o povo estava pondo fogo nos carros.*

*Núbia Bueno (Diarista, 46 anos).*

*Porque aumentou a população e com esse aumento vieram muitas pessoas em função do aumento da indústria sucro alcooleira, muitos migrantes vieram de outros estados, principalmente nas últimas duas décadas, do estado de Alagoas, e são pessoas com temperamento diferentes dos mineiros, são pessoas de outro temperamento. Eles quando recebem o salário no final de semana, se excedem na bebida e ficam mais nervosos, brigam entre eles e causam mais violência nesse aspecto, isso você pode comprovar indo no pronto socorro municipal você vai ver no final de semana, a maior incidência, esse tipo de violência. E segundo, a população não vou dizer que cresceu, a população da cidade inchou. Com mais gente e oportunidades de empregos, cada dia menores, infelizmente... aí um dinheiro fácil, do crime, estimula a pessoa a procurar o crime como fonte de renda, do que um emprego formal qualquer um que seja.*

*Edson Pontes (Produtor rural, 56 anos).*

*Eu penso que... pode ser porque tem muita gente de fora.... Então as pessoas sabem que você é de fora e por se tratar de uma cidade pequena, todo mundo conhece todo mundo, e uma pessoa que é de fora chama a atenção. Inclusive no bairro onde eu moro, a maioria dos*

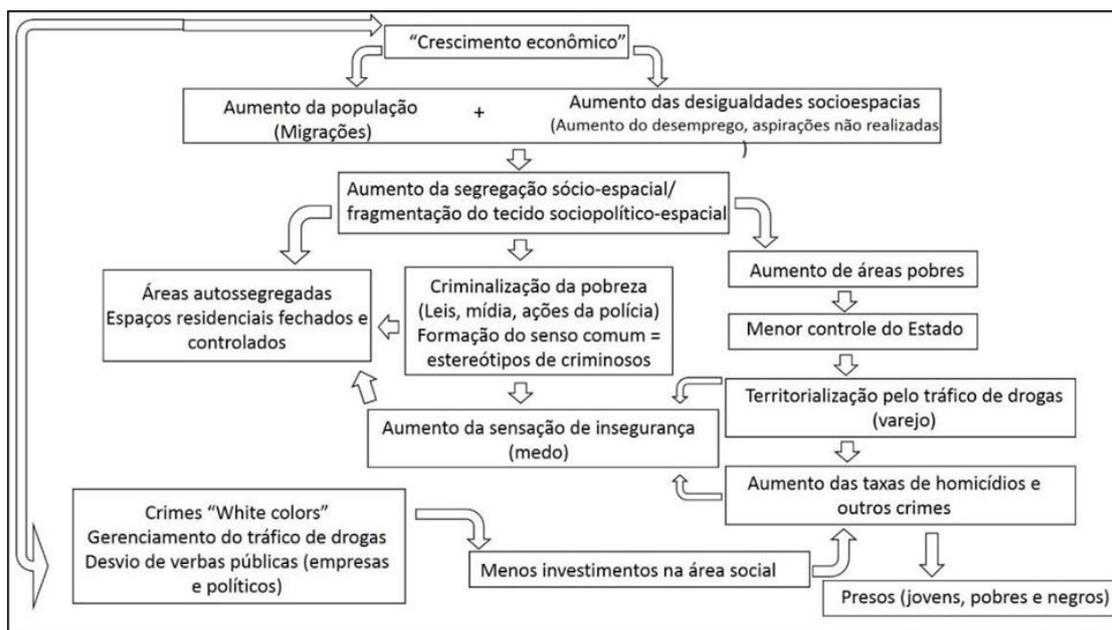
*assaltos que acontecem são contra estudantes de fora, assim pelo menos que eu tenho notícias. Então eu acho que um dos motivos é esse, é assim... na minha realidade. Mas eu acredito que tem mais outros fatores, principalmente de ordem social também que a gente não pode ignorar, mas assim... mais específico do meu ambiente é que eu penso que eles sabem que a gente é de fora.*  
Venina Ramalho (Estudante, 22 anos).

Torna-se interessante observar nos depoimentos, que outras vertentes também aparecem nessas narrativas da insegurança, como é o caso de Núbia Bueno que traz outros elementos em sua fala, detalhando por exemplo a questão da pouca escolaridade entre os moradores do bairro Natal e a possível relação disso com os conflitos entre os vizinhos. Já para Edson Pontes esse sentimento de insegurança que pode recair na violência e no crime, se dá em função da migração de nordestinos para Ituiutaba (MG) em função dos postos de trabalho das usinas regionais, contribuindo para compreender, as visões preconceituosas enfrentadas por esses trabalhadores/as.

No depoimento de Venina Ramalho a lógica do sentimento de insegurança aparece mais uma vez, principalmente por retratar, a partir de sua visão de bairro, o que os universitários têm enfrentado com relação a pequenos assaltos e que contribui para isso o desconhecimento (por parte dos estudantes) da rotina da própria cidade correlatas a insegurança de forma geral. O que podemos perceber é que a insegurança e a violência são creditadas nos outros bairros, afastando para outros/as moradores, as problemáticas sociais inerentes a essa realidade, ou seja, na medida em que os próprios entrevistados/as fomentam imaginários de uns contra os outros/as, ou entre pessoas de bem versus bandidos a serem combatidos.

Segundo Bastos; Melara; Silva (2019) os processos que ajudam a explicar sobre as causas e consequências da criminalidade, da violência, do sentimento de insegurança coincidem acerca da não realização das aspirações para determinados indivíduos, e o acúmulo de capital para outras, o que têm proporcionado a formação de cidades segregadas, consolidando um processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, (SOUZA, 2012 [1999]). Culminando nos processos de reestruturação econômica e urbana em algumas cidades do interior conforme identifica Eliane Melara (2019) com a figura 1:

Figura 1: Processos que ajudam explicar as causas e consequências da criminalidade



Fonte: Eliane Melara (2019).

Desse modo, a figura 1 reintera que todos esses processos, ajudam a explicar a relação entre os dois elementos que, possuem naturezas diferentes: a violência criminal urbana versus o medo e a sensação de insegurança na cidade (MELARA, 2016). Alguns agentes, como a mídia e o setor imobiliário, parecem participar ativamente da vinculação entre esses dois processos, fomentando o medo de viver na cidade. As empresas de segurança privada se valem do interesse na venda de equipamentos de segurança para gerar lucros. O esquema pensado por Eliane Melara (2019) ajuda a compor a situação caótica das grandes e médias cidades brasileiras na atualidade.

De forma genérica, para Bastos; Melara; Silva (2019) é o medo do pobre que se figura na realidade das cidades médias brasileiras, onde uma análise estrutural das condições sociais da população é realizada por poucos, prevalecendo o senso comum dos mais diversos estereótipos, contribuindo para o processo de marginalização da pobreza e da produção excessiva do medo e da insegurança urbana.

Evidentemente, que no caso de Ituiutaba (MG) as percepções dos cidadãos/as não necessariamente apontam um aumento substancial nas estatísticas gerais sobre os crimes urbanos, até porque, existem as subnotificações correlatas e nem todos/as que passam por situações e ações de violência de fato denunciam formalmente as

instituições públicas. No entanto, como explicitado nos depoimentos anteriores, persistem o sentimento de insegurança e do medo do crime na cidade analisada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se deve deixar de evidenciar que as inquietações sobre a insegurança urbana em cidades médias tornaram-se, nos últimos anos, um campo de descobertas científicas para a pesquisa em Geografia urbana. De pronto, existe uma preocupação em que se (re) faz continuamente da escala global acarretando em problemas na escala local, compreendendo a complexidade de se estudar, a noção de escala geográfica e suas dimensões sociais, políticas, históricas e culturais ao longo do tempo.

O estilo de vida urbano, presente na contemporaneidade, tornou-se mais individualista, consumerista, egocêntrico, sendo um resultado direto do modo de produção capitalista vigente. As ações coletivas perdem espaços para os consumidores em potencial, e a comunidade local, tem sua cultura comercializada, pelas ações dos atores sociais, comerciais e empresariais mais dominantes nas cidades médias.

Não obstante a isso, as diferentes formas do processo de urbanização também se mostram como sendo algo violento ao longo dos períodos da história brasileira e que já foi debatido por Ermínia Maricato (2002), Flávio Villaça (2004), Milton Santos (1993), Renata Sampaio (2011).

Dessa forma, a vida urbana é violenta. Independentemente ou não das ações violentas que persistem nas mídias televisivas, jornalísticas e digitais e fazem parte do cotidiano da sociedade.

Algumas localidades tendem a ser mais inseguras que outras. Em escala geral, no entanto, quase todos os espaços estão inseridos no sentimento de insegurança, seja pela proximidade com a criminalidade ou pela influência direta dos meios de comunicação, pela ausência de serviços públicos e/ou privados de segurança, educação ou de saúde.

Noutro aspecto, conclui-se então, que a cidade de Ituiutaba (MG) se figura nessas intermediações de relações, sobre a interiorização da violência e da insegurança, que podem estar atreladas a variados fatores, dentre os quais, à reestruturação espacial da produção e do consumo no Brasil, que tendem a fomentar o crescimento econômico e urbano de outras cidades médias, sem promover, no entanto, a diminuição das desigualdades sociais mais latentes.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. Progresso. In: ADORNO, T. **Palavras e sinais: modelos críticos**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 37-61.
- ANDRADE, T. A. A. & SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período de 1970/2000. IN: ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 129-169
- AMORIM FILHO, O. & SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. IN: ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 01-34.
- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.
- BASTOS, Monique Deise G. MELARA, Eliane. SILVA, William Ribeiro da. **A reestruturação produtiva e urbana e o aumento da violência criminal: um problema para as cidades médias?** XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2019.
- CORRÊA, R. L. ELIAS, D. (Org.); SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012. 282p.
- ELIAS, D. **Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Colômbia: Bogotá, 2012.
- HARVEY, David. **O direito à cidade**. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- HARVEY, David. (1989). **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 349 p.
- LEFEBVRE, H. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano

no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.) **A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 121-192.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Editora Ática, 1989.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. Editora Lúmen Juris, 2006.

MELARA, E. **Espaços fechados e Insegurança urbana: Loteamentos e condomínios em Resende e Volta Redonda**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, Tese (Doutorado em Geografia).

MELARA, E. e SILVA, W. R. **Elementos para refletir sobre a policentralidade e a fragmentação urbana em cidades médias – Resende e Volta Redonda (RJ)**. CONFINS: Revista franco-brasileira de Geografia.

MORAIS, Regis. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NEPOMUCENO, Airton Batista Costa Neto. **O instituto da regularização fundiária na cidade de Ituiutaba-MG**. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia do Pontal) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 140-177.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de –Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 122-137.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)**. 2013. 431f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Expansão urbana e desigualdades socioespaciais em Ituiutaba (MG)**. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 11, n. 1, p. 97-112, jan./jul. 2020.

PAVIANI, Jayme. **Conceitos e formas de violência**. In: Conceitos e formas de violência[recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

ROLNIK, R. Planejamento urbano nos anos 90: Novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L.C.de Q.; SANTOS JÚNIOR, O.A. (orgs.) **Globalização e fragmentação da Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 351-360.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Isabôhr Mizza Veloso dos. **Entre a (in) segurança urbana e a fragmentação socioespacial: as relações de sociabilidade em Ituiutaba-MG**. 2020. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2020.

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana**. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOJA, E. W. (1989). **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, M. L. de. (1999). **O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches e PORTO, Maria do Rosário Silveira. **Violência, insegurança e imaginário do medo**. Caderno CEDES, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez., 1998.

VILLAÇA, F. J. M. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C e SCHIFFER, S.R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 2004, p. 169-244.